

Seminário Internacional
“Desafios Globais para o Direito Humano à
Alimentação Adequada, Soberania e Segurança
Alimentar e Nutricional

Brasília, 29 e 30 de outubro de 2012

CAISAN

**CÂMARA INTERMINISTERIAL DE
SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL**

Painel 3 – Construção do Sistema e da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional no Brasil

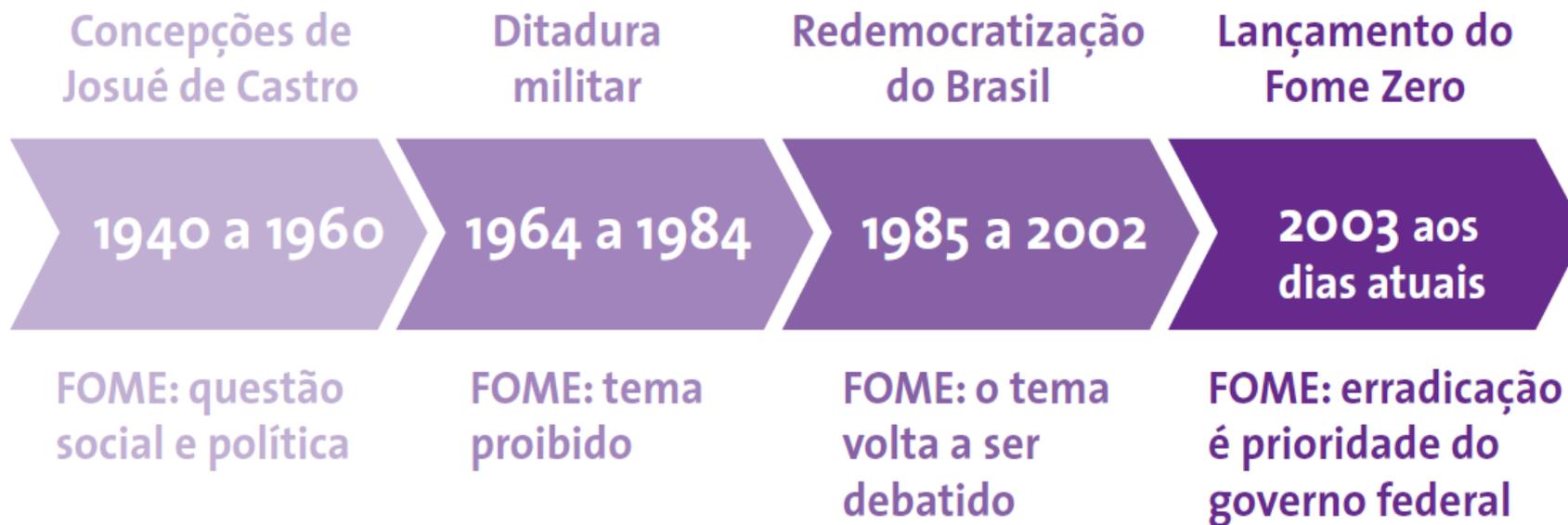
Maya Takagi

***Secretária Nacional de Segurança Alimentar e
Nutricional e Secretária Executiva da CAISAN***

Brasília, 30 de outubro de 2012

CONTEXTO

Linha do tempo sobre as diferentes abordagens do combate à fome no Brasil



Fonte: OXFAM e ABRANDH, 2012

Instrumentos legais para o direito humano à alimentação adequada



LEI ORGÂNICA DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

Carta de Princípios.

Emana as diretrizes da ação do Estado.

Cria o sistema público (SISAN).

POLÍTICA NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

Sistematiza as diretrizes da LOSAN (como colocar em prática).

Detalha os procedimentos da gestão, do financiamento e do monitoramento/avaliação.

Estabelece as atribuições de União, Estados, Distrito Federal e Municípios.

PLANO NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

Instrumento de planejamento.

Define objetivos, desafios, diretrizes e metas.

Aloca recursos do orçamento público.

Fonte: OXFAM e ABRANDH, 2012

SISAN

Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional

O que é o SISAN?

- O SISAN – criado em 2006 pela Lei Orgânica da Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN) – é o sistema público que congrega diversos níveis de governo, como os governos federal, estados e municípios, juntamente com a sociedade civil, para coordenar as políticas com objetivo comum de promover a segurança alimentar e nutricional e garantir o direito humano à alimentação adequada.

A Estrutura do SISAN

- **Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – CNSAN:** instância que a cada 4 anos aprovar as diretrizes e as prioridades para a Política e o Plano de Segurança Alimentar e Nutricional. É composta por 2/3 de participantes da sociedade civil e 1/3 do governo.
- **Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – CONSEA:** instrumento de articulação entre governo e sociedade civil na proposição de diretrizes para as ações na área da alimentação e nutrição. Tem caráter consultivo e assessora a Presidenta da República na formulação de políticas e na definição de orientações para que o país garanta o direito humano à alimentação. Composto por 2/3 de participantes da sociedade civil e 1/3 do governo.
- **Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional – CAISAN:** composta por 19 ministérios que participam do CONSEA, sob a coordenação do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Tem a finalidade de promover a articulação e da integração dos órgãos federais afetos à área de SAN.
- **Órgãos e entidades de SAN da União, Estados, Distrito Federal e Municípios.**
- **Instituições privadas com ou sem fins lucrativos.**

Estágio atual

- **Consea e CAISAN em pleno funcionamento – avanço no debate e na institucionalização da Política Nacional de SAN;**
- **O CONSEA como o locus de articulação entre governo e sociedade civil;**
- **A CAISAN como o espaço de articulação de políticas governamentais:**
 - **Elaboração e lançamento do I Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – PLANSAN;**
 - **Formulação do Plano Intersetorial de Prevenção e Controle da Obesidade;**
 - **Marco estratégico global de SAN – Comitê de Segurança Alimentar.**

CAISAN

CÂMARA INTERMINISTERIAL DE
SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
PAÍS RICO É PAÍS SEM POBREZA

Estágio Atual

Adesão ao SISAN

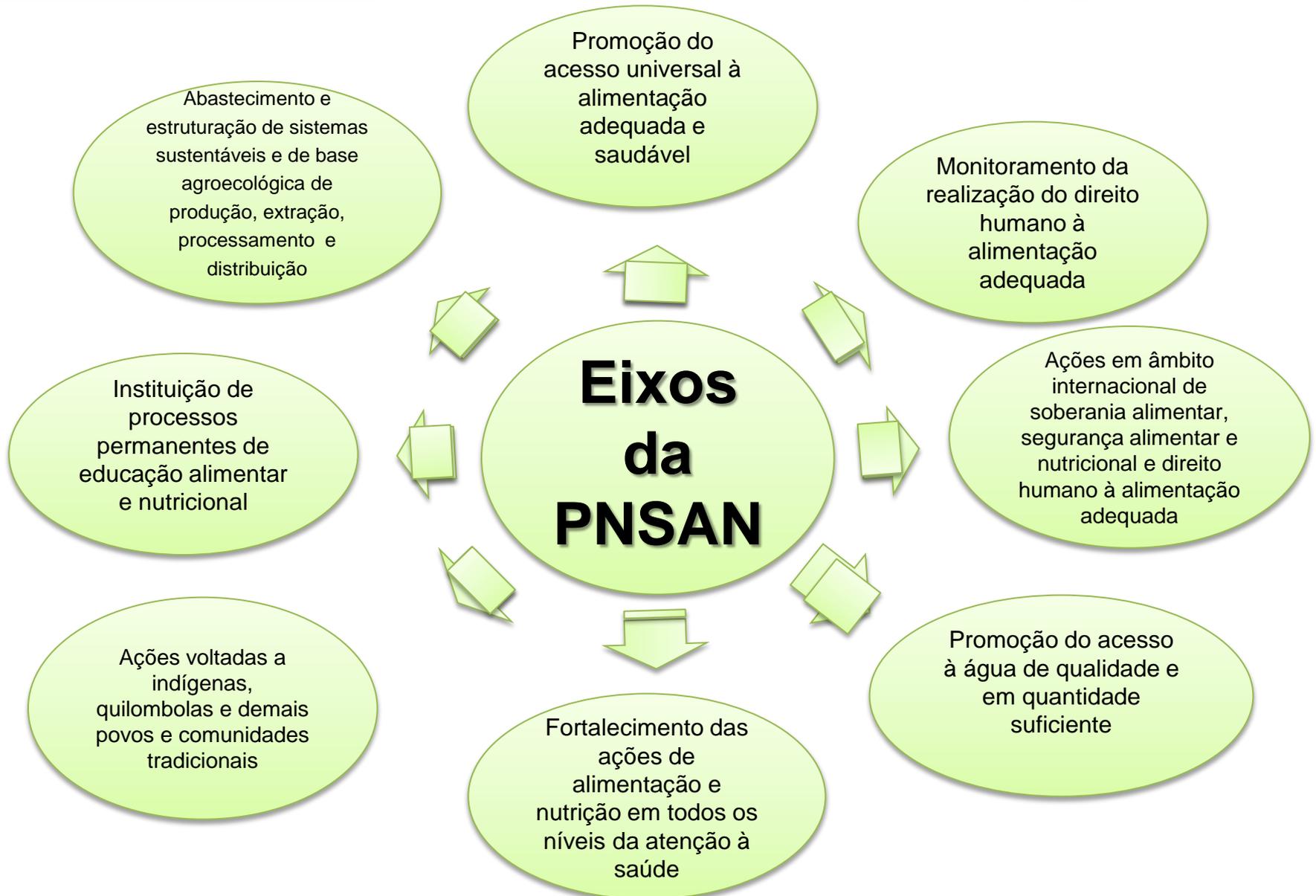
Região	Estados
Norte	AC, AM, AP, PA, RO, RR, TO
Centro-Oeste	DF, MS
Nordeste	AL, BA, CE, MA, PB, PE, PI, RN, SE
Sudeste	RJ, MG, ES
Sul	PR, RS, SC
Total	24

- 23 estados e o Distrito Federal aderiram ao SISAN, conforme acima;
- Estados que ainda não aderiram: SP, MT e GO;
- Critérios de adesão – marco legal: Consea estadual; Câmara Intersectorial; compromisso de elaboração do Plano Estadual;
- Municípios solicitando/aptos para adesão: municípios dos estados do PI, MA, SP, MG e RS.

EIXOS

Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – PNSAN

Eixos da PNSAN



Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – PLANSAN

PLANSAN 2012-2015

- Elaborado pela CAISAN, o PLANSAN 2012-2015 integra dezenas de ações dos órgãos voltadas para a produção, o fortalecimento da agricultura familiar, o abastecimento alimentar e a promoção da alimentação saudável e adequada.
- Baseado nas metas e objetivos do Plano Plurianual PPA 2012-2015, é o principal instrumento de planejamento, gestão e execução da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PNSAN).
- Instrumento de monitoramento das metas para o conjunto de ações voltadas para a Segurança Alimentar e Nutricional, o que permitirá uma análise mais abrangente e intersetorial de seus resultados.

Diretriz 1 - Promoção do acesso universal à alimentação adequada e saudável, com prioridade para as famílias e pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional

Principais processos em curso

Transferência direta de renda (BSM)

- Metas Brasil em Miséria

- Implantação de estratégias de cadastramento diferenciados - aproximadamente 143 mil famílias receberam identificação diferenciada no Cadastro Único. Famílias quilombolas e indígenas atingiram 182 mil cadastros identificados em março de 2012

Principais desafios

Consolidação da estratégia de Busca Ativa de famílias em extrema pobreza.

Diretriz 1 - Promoção do acesso universal à alimentação adequada e saudável, com prioridade para as famílias e pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional

Avanços/Descrição da situação atual

Promover o acesso à alimentação adequada e saudável para alunos da educação básica

- Realizadas ações de capacitação em 93 municípios que concentram população em situação de extrema pobreza e em comunidades quilombolas e indígenas;
- Realização de 08 Seminários Metropolitanos para o fomento da compra da agricultura familiar para a alimentação escolar;
- Em julho de 2012, o PNAE/FNDE passou a atender 31.147 escolas pelo Programa Mais Educação (educação em tempo integral), dobrando o número de escolas em relação a 2011 (**BSM**)
 - Atualmente 29% dos alunos do Programa Mais Educação pertencem ao PBF (17 mil escolas). Desses, a maioria encontra-se no estados do PA, MA, CE, PI, PE, BA (**BSM**)
- Aumento do per capita em maio de 2012, para a pré-escola (de R\$ 0,30 para R\$ 0,50) e para creche (R\$ 0,60 para R\$ 1,00) (**BSM**)
- Ampliação do limite anual de venda de R\$ 9.000,00 para R\$ 20.000,00 DAP/ano, bem como a publicação de editais de chamadas públicas na Rede Brasil Rural.

Diretriz 1 - Promoção do acesso universal à alimentação adequada e saudável, com prioridade para as famílias e pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional;

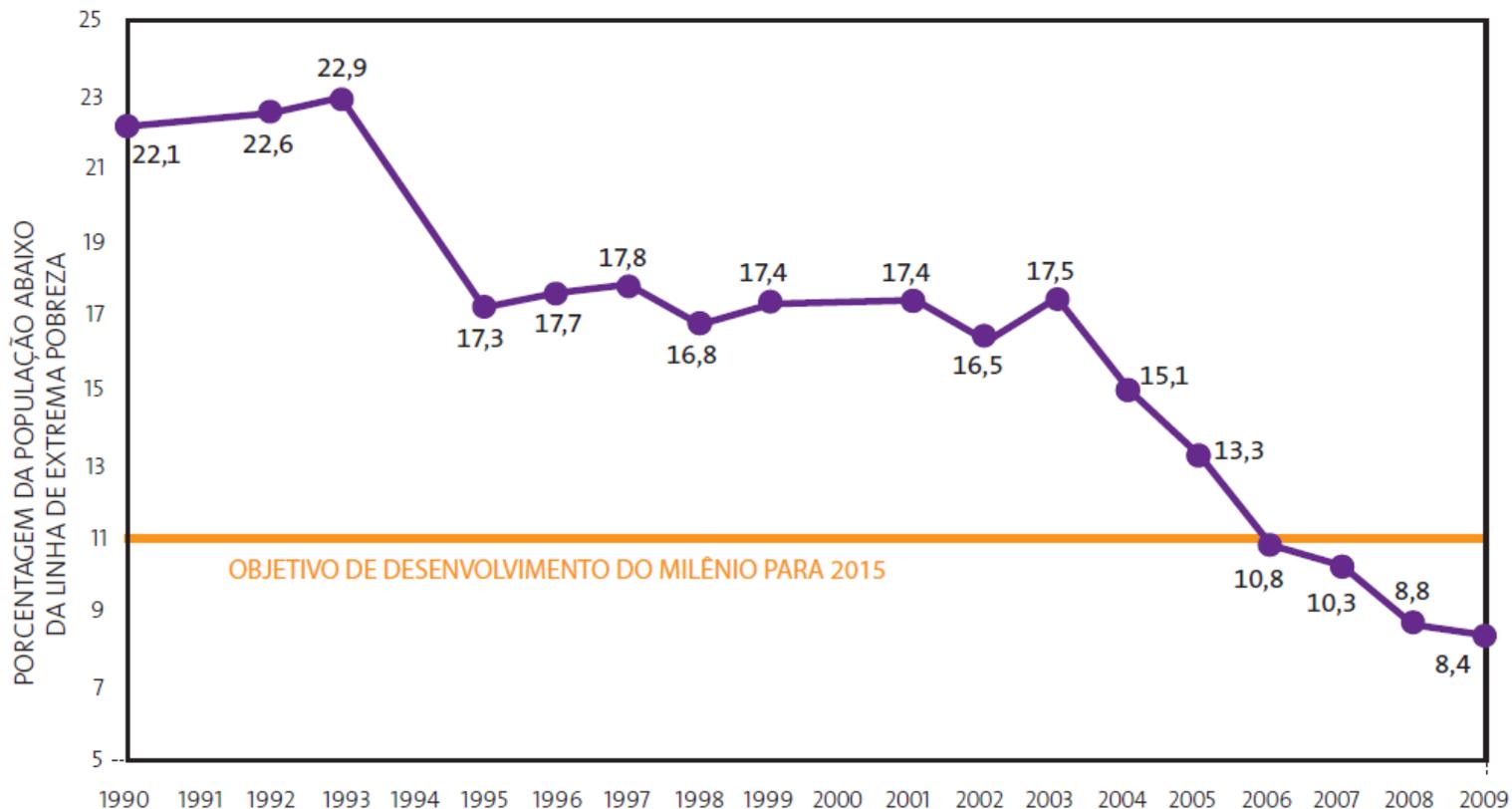
Principais desafios

Promover o acesso à alimentação adequada e saudável para alunos da educação básica

- Fomentar a participação dos agricultores familiares ou de suas organizações e dos gestores públicos da educação para atender a demanda do PNAE.
- Implantação do sistema *on line* de prestação de contas – SIGPC;
- Consolidação da Rede Brasil Rural;

ALGUNS INDICADORES

Gráfico 1: Evolução temporal da extrema pobreza: Brasil, 1990 a 2009

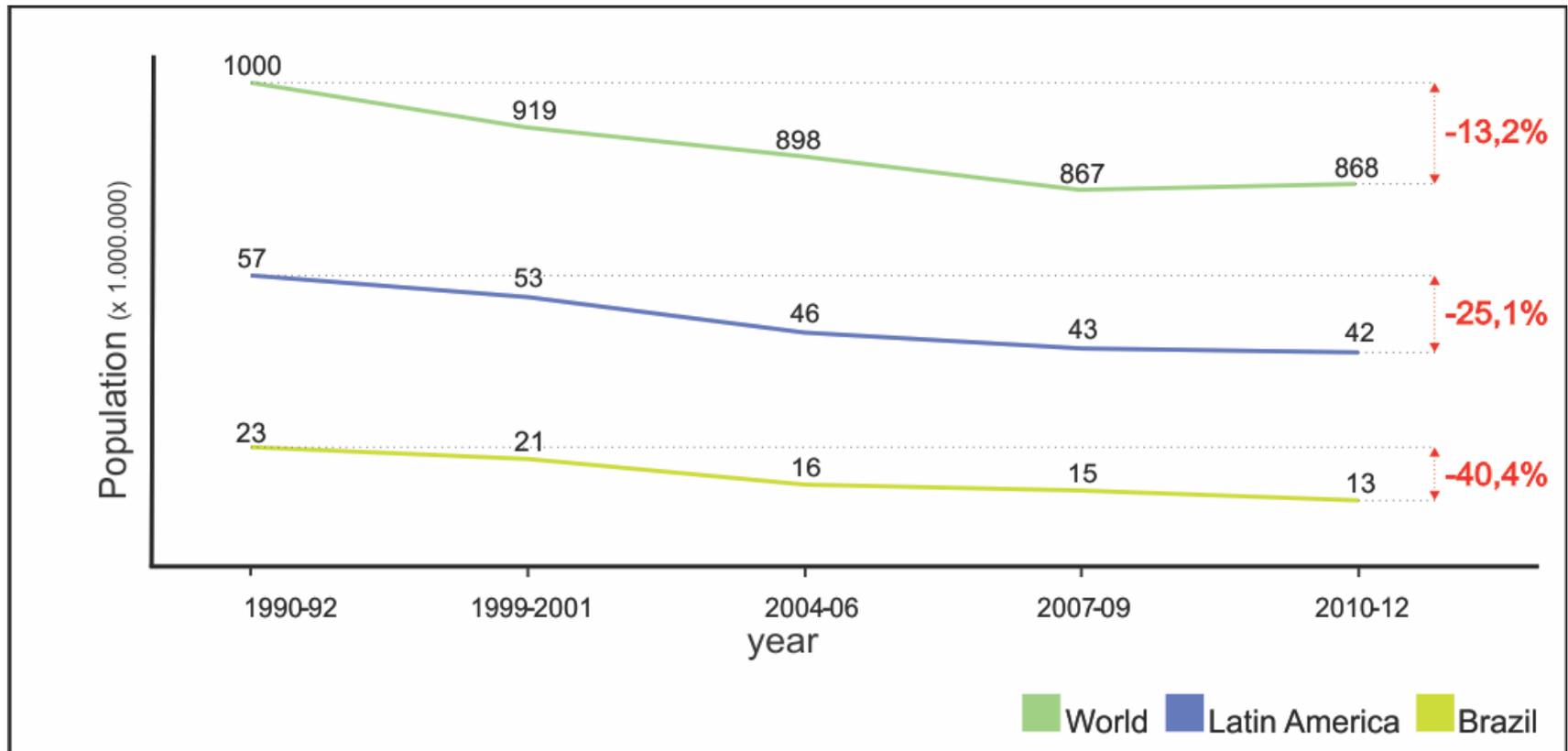


Fonte: Estimativas produzidas com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) de 1990 a 2009 disponível em: BRASIL. Presidência da República. Secretaria de Assuntos Estratégicos. Barros, R, Mendonça, R e Tsukada, R. Portas de saída, inclusão produtiva e erradicação da extrema pobreza, no Brasil. Brasília, 2011.

Obs.: % população vivendo com menos de US\$ 1,25/dia ppp.

Retirado de OXFAM e ABRANDH, 2012

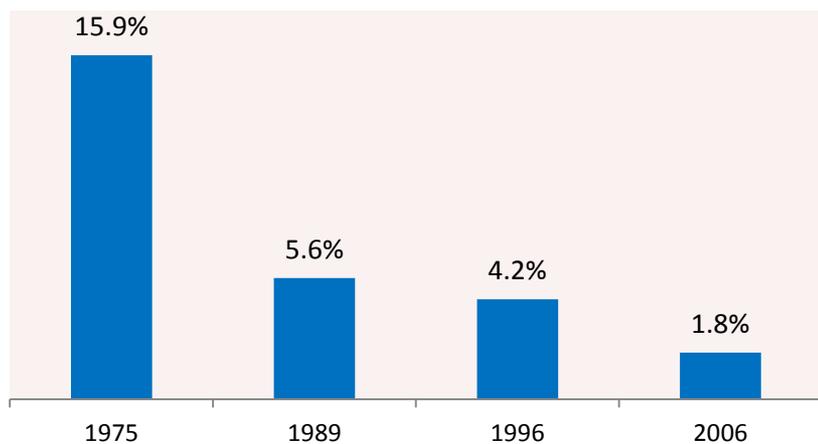
Número de Pessoas Subnutridas



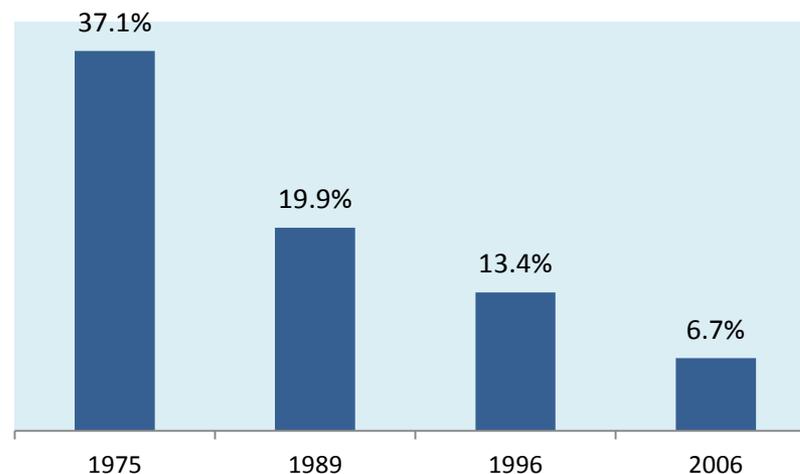
Fonte: The State of Food Insecurity in The World 2012 – FAO

Redução da Desnutrição Infantil (crianças menores de 5 anos)

Déficit de peso para idade



Déficit de estatura para idade

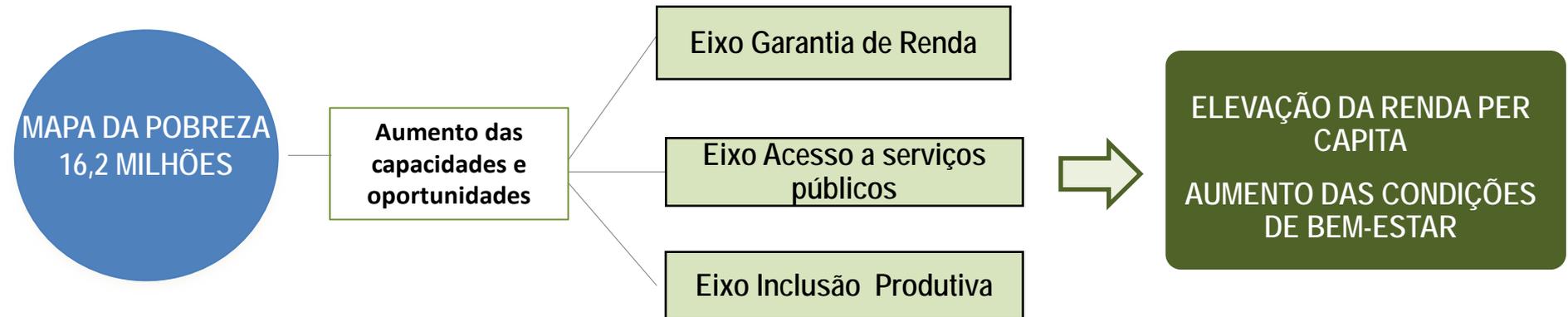


Fonte: ENDEF/PNDS

Desafio: a Multidimensionalidade da Pobreza

- Mais de 17 milhões de empregos criados desde 2003;
- Salário mínimo teve ganho real de 66% desde 2002;
- Inflação sobre controle;
- Agricultura familiar fortalecida com expansão do crédito e compras públicas de sua produção;
- Transferência de renda ampliada e reforçada (Bolsa Família e Benefício de Prestação Continuada).
- **Ainda assim, existem 16 milhões de pessoas vivendo na extrema pobreza**

Plano Brasil Sem Miséria



COOPERAÇÃO INTERNACIONAL

Alguns Exemplos

Projeto Regional América Latina e Caribe sem Fome

Contextualização

- **Guatemala/2005: IALCSH - Iniciativa América Latina e Caribe sem Fome:** compromisso político assumido pelos países e por organizações da região para criar as condições que permitam erradicar a fome até 2025.
- **2012: Projeto Regional “Apoio para as Estratégias Nacionais e Sub-regionais de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) e de Superação da Pobreza em países da América Latina e do Caribe”.**
 - **Objetivo:** contribuir para a segurança alimentar e nutricional e para a superação da pobreza da população mais vulnerável da América Latina e Caribe, fortalecendo estratégias nacionais e sub-regionais.
 - **Principais resultados esperados:**
 - ✓ *agendas nacionais e sub-regionais de segurança alimentar e nutricional implementadas e monitoradas;*
 - ✓ *instituições nacionais e sub-regionais fortalecidas;*
 - ✓ *participação da sociedade civil organizada garantida;*
 - ✓ *ação multisetorial de governo articulada.*

PAA África

- O programa *PAA Africa Programme – Purchase from Africans for Africa* é uma parceria entre o governo do Brasil, o World Food Programme (WFP) e a Organização de Alimento e Agricultura das Nações Unidas (FAO).
 - Países africanos envolvidos: Etiópia, Malauí, Moçambique, Níger e Senegal.
- Os principais objetivos do programa são a aquisição de alimentos de pequenos agricultores, que enfrentam restrições para comercializar seus produtos, e a utilização desses alimentos em alimentação escolar e/ou para combater a fome por meio de assistência alimentar.
- O programa espera incentivar agricultores a aumentar a produção e a produtividade, melhorar o acesso e a qualidade da educação e dar assistência a populações em situação de insegurança alimentar.

Considerações Finais

- Consolidação e aprimoramento do SISAN em território nacional;
- Intersetorialidade – ainda é um desafio;
- Adesão de Estados e municípios;
- CONSEA - Relação Governo e Sociedade Civil;
- CAISAN – Intersetorialidade, diálogo com outros poderes;
- Planos de Segurança Alimentar e Nutricional – indução de processos, monitoramento e avaliação;
- Pactuação Interfederativa – Política de Estado.

Obrigada!

CAISAN

**CÂMARA INTERMINISTERIAL DE
SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL**